

FALA ICH!

edição nº 3, setembro/outubro 2020



IMAGEM CAPA: KUBKOO/GETTY IMAGES

FALA ICH!

O informativo eletrônico oficial do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora



Foto: Divulgação UFJF

EDITORIAL

Por Robert Daibert Jr.,

Diretor do Instituto de Ciências Humanas

Aqui estamos de volta e às voltas com mais um número do nosso Fala ICH! Desta vez, seguimos inundados na provocante companhia de estátuas, nas ideias da inquieta Nise da Silveira, no essencial conceito de beleza e no meio das loucas experiências de palhaçaria. Os textos aqui reunidos, felizmente, trazem mais perguntas do que respostas. Mais do que isso, eles nos afastam da monotonia das certezas e do (des)conforto da razão. E assim, gritam perguntas.

Que diálogos e discussões podemos fazer com nossas estátuas? Onde devemos colocá-las? Em que lugar elas nos colocam? Precisamos destruí-las? O que fazer com seus incômodos destroços? Qual o diálogo (im)possível entre os velhos e novos monumentos?

A loucura é nossa realidade mais profunda? Como se livrar de pessoas curadas demais e muito ajuizadas? Como conviver com nosso próprio Museu do Inconsciente? O que a arte pode nos ensinar nesse sentido?

Há metafísica no nosso conceito de beleza? Em que medida a satisfação, a admiração da boa forma e da boa proporção fazem parte do conceito de belo? A experiência com o sagrado guarda alguma relação com isso? Qual?

O que os palhaços podem nos ensinar como exímios doutores do circo da vida? O sol doira sem literatura? Como então lidar com suas inevitáveis sombras? Qual o lugar das ciências humanas nesse espetáculo trágico?

O que há de novo e de velho no nosso atual ICH? Todos os projetos são felizes? Só os projetos são felizes? Qual o nosso (não) lugar de memória nesta história? Que enredos temos protagonizado? Em que teias e narrativas estamos enredados?

Na tarde da sexta-feira chuvosa, do último dia 9 de outubro, voltei ao prédio do antigo ICHL para fazer as fotos que ilustram, nesta edição, o texto da Sílvia Regina Netto, secretária da unidade. O ambiente estava totalmente deserto. Tive um encontro com o passado, uma experiência bela, louca, divina, sagrada, trágico-cômica. Os pingos de chuva dialogavam comigo e eram meus doces companheiros de viagem pelos corredores malditos do velho ICHL. Como um palhaço solitário, ri e chorei do nosso passado e do nosso presente, institucional, nacional, planetário, pandêmico. Tive um encontro com nossas estátuas velhas e novas, com nossos destroços, fantasmas que nos assombram com teimosia antropofágica. Achei (des)graça nas nossas ciências por vezes (des)humanas. E vocês?

Sobre estátuas, efemérides e funções do passado: reparação histórica ou apagamento da memória?

Por . Rodrigo Christofolletti, professor do Departamento de História da UFJF

O que há em comum entre a estátua do Padre Vieira, em Lisboa, a de Cristovão Colombo, nos Estados Unidos, a de traficantes de escravos ingleses, nos países ex-colônias britânicas e do bandeirante Manoel de Borba Gato, no Brasil? O que há de similaridade entre os episódios recentes de derrubada e pichações dessas estátuas, antes monumentalizadas (mas que agora passaram a representar algo a ser apagado, destruído, posto a baixo), e a mudança de percepção sobre esses monumentos antes invisíveis, de tão naturalizados, aos olhos de muitos? Alguns colegas já escreveram sobre esta matéria, inclusive com muito mais profundidade, lucidez e galhardia. Mas, o fato é que o tema das efemérides, das celebrações e da cobrança pública diante das mesmas, tem se tornado cada vez mais presente dentro e fora da academia.

Desde 1894, quando a cidade de Juiz de Fora inaugurou seu primeiro obelisco, deliberativo do saneamento da cidade, até os dias atuais, quando contabilizamos dezenas de bustos, estátuas, monumentos celebrativos e efemérides tridimensionais, o imaginário social se ajustou à ideia de que, se virou estátua, era importante. Há um nexos causal que generaliza esta relação. Por outro lado, sempre é bom lembrar, estátuas são gatilhos e uma memória selecionada, que via de regra homenageia grupos hegemônicos economicamente. É uma narrativa de imposição de determinados grupos em detrimento de outros. Marcam, assim, as narrativas que o solo urbano tenta contar.

Na maioria dos casos, não me simpatizo com a derrubada de estátuas pelo simples afã de reparação histórica (outro tema delicado e espinhoso). Mas também compreendo que há casos e casos, nos quais nós, historiadores, somos compelidos a opinar e a ajudar na construção dessa narrativa conflituosa na qual nos inserimos neste momento anômalo e de suspeição. Muitas vezes, é como se estivéssemos assistindo à queda de nosso próprio corpo, olhando a cena de cima: observadores passivos da ação da gravidade, e muitas vezes, é o historiador que tenta explicar tal dissociação, interpretando os fios de Ariadne que se constroem no tempo.



Professor Rodrigo Christofolletti.
(Foto: arquivo pessoal)

Como disse, tenho dúvidas sobre apoiar a destruição de símbolos ou lugares de memória, para a reparação ou a reapropriação do lastro histórico. Há, no meu entender, outras maneiras menos destrutivas e, talvez, mais pedagógicas de desagravos (placas reparadoras, transferências para museus, dentre outras), embora, concorde que do ponto de vista midiático, nada é mais pedagógico que a teatralização da derrubada de um símbolo. Afinal, ditadores, traficantes, escravistas, colonialistas, genocidas permanecem no nosso convívio representados em estátuas, algumas delas centenárias. Mas e a representação estatuária dos que foram censurados, traficados, escravizados, colonizados, mortos? Até quando a representação do oprimido permanecerá sendo fruto de um “não lugar”?

Também advogo que as definições de reparação histórica devam ser atualizadas, por isso, me causa espécie quando a popularização das ações destrutivas acaba tendo maior impacto do que a mensagem que o ato propugna. Exemplo interessante que nos ajuda a pensar sobre nosso papel nesta engrenagem pouco azeitada das demandas do presente, é o “manifesto gráfico” do artista plástico britânico Banksy, que sugeriu a inauguração de um monumento às pessoas que derrubam monumentos, em alusão direta à retirada da estátua do traficante de escravos Edward Colston. Essa espécie de metalinguagem da queda, da destruição ou da criação do espaço vazio, pronto a ser ocupado, nos ajuda a alargar qual é, de fato, o papel das estátuas e do historiador (seu intérprete privilegiado) frente às dinâmicas dos novos tempos. Preservar o passado ou subordiná-lo ao presente? Seria razoável derrubar estátuas que recriminamos hoje? Ou por outro lado, até que ponto a manutenção desses personagens históricos não corrobora a já denunciada imposição de alguns grupos sobre outros? Essas duas questões nos guiam a uma espécie de desafio sobre a necessidade de uma “desmonumentalização” de estátuas, lugares e nomes de ruas, buscando, assim, quem sabe, uma apropriação menos condescendente com relação às chamadas minorias não representadas. É claro que estamos longe da paridade: para cada estátua de um opressor, uma do oprimido. Nem creio que seja esta uma solução compassiva, mas o debate ao menos suscita que a opressão seja vista como mote de denúncia e até reparação histórica.

“Essas estátuas falam mais sobre o tempo em que foram construídas do que sobre os personagens que homenageiam. Como no ditado popular: quando Pedro fala de Paulo sabe-se mais de Pedro que de Paulo. Neste caso, sabe-se mais sobre a manutenção ou derrubada de uma efeméride por meio de quem o derrubou ou a manteve, do que propriamente sobre quem foi o homenageado.”

- Rodrigo Christofolletti

que a derrubada de estátuas e mudança de toponímias seria uma ação de apagamento da memória. Não são para mim. Há muito por questionar e esta aparente correlação direta é, na verdade, mais complexa e sutil do que pode aparentar.

A tridimensionalidade do tempo da efeméride, ou seja, o tempo do homenageado, o tempo da construção da estátua, e o tempo presente se mesclam e se sobrepõem, de maneira que cabe ao olhar atento distinguir cada camada desse verniz. Essas estátuas falam mais sobre o tempo em que foram construídas do que sobre os personagens que homenageiam. Como no ditado popular: quando Pedro fala de Paulo sabe-se mais de Pedro que de Paulo. Neste caso, sabe-se mais sobre a manutenção ou derrubada de uma efeméride por meio de quem o derrubou ou a manteve, do que propriamente sobre quem foi o homenageado, ou por assim dizer, “estatualizado”.

Para nós historiadores, o anacronismo se constitui em um pecado capital: o estímulo de ler o mundo contemporâneo com percepções de tempos passados, ou vice-versa, sempre assombra os discípulos de Clio. Por este motivo, a crítica diletante ou a defesa peremptória sobre a manutenção ou derrubada de efemérides tridimensionais, ou ainda a mudança açodada de nomenclaturas toponímicas (nomes de ruas ou espaços), não pode ser alvo fácil de posicionamentos simplistas ou da retórica falaciosa do lugar comum.

Na onda contemporânea de debates sobre este tema, já avalizado e aprofundado por muitos colegas nos últimos meses, a historiadora Keila Grinberg cunhou, para mim, a frase que representa a essência deste debate e exprime muito do que acredito: “Algo está muito errado numa sociedade que protege suas estátuas e ataca seus cidadãos”, diz a historiadora. É em conformidade com a premissa básica desse raciocínio que a discussão sobre a derrubada de estátuas, a renomeação de toponímias e a repatriação de objetos etnográficos se dá no presente momento. Estátuas não são o passado, mas representam homenagens a pessoas ligadas a esse passado. Essa diferença é fundamental para dissociarmos a ideia de

É como tentar responder sobre que reflexões permitem relacionar as pilhagens feitas durante o período colonial com o atual tráfico ilícito de bens culturais. Apenas para exemplificar um dos tópicos mais empolgantes de minhas pesquisas atuais. Como esses movimentos do passado e do presente se conectam? A engrenagem do tráfico ilícito de bens culturais é complexa e balizada por várias frentes: as pilhagens coloniais que redundaram no volume vultoso de muitos museus no passado, e continuam a engordar as coleções de particulares ao redor do mundo (no presente), têm em essência a mesma gênese: ambas atentam contra o direito de sentimento de pertencimento do povo com relação aos objetos que os representa. Senão, veja: é obvio que a dinâmica patrocinada pelos objetos adquiridos (lícita ou ilicitamente - essa é uma questão delicada e mais complexa) pelos museus é de gramatura distinta das ações perpetradas pelas redes internacionais de tráfico de bens culturais, mas ambas respondem a mesma demanda, a da nuance econômica. Sendo o tráfico ilícito de bens culturais a terceira maior indústria do tráfico mundial (perdendo apenas para as drogas e armas) e muitas vezes rivalizando com a de pessoas e órgãos humanos, fica fácil compreender como por um lado essa roda gira, e por outro, quais são os atores sociais envolvidos nessa demanda. Na outra ponta, a da devolução, repatriação ou restituição de obras e bens estão em governos, museus, comunidades que se sentem representadas em um momento único de "voz e audição propícias". Nunca antes foram ouvidos e sua invisibilidade obliterava qualquer possibilidade de negociação social. Agora, não; há um vetor mundial em prol do desmantelamento das castas cristalizadas do tráfico, assim como há um movimento que avoluma a busca por reparações.

E isso envolve assumir o risco e a clareza de algumas devoluções, bem como a modificação de *modus operandi* que antes eram dados como naturais. Então, nessa rede complexa, as escavações ilícitas, as pilhagens, o comércio internacional e o aumento pelo interesse nesses temas, tornam-se menos uma curiosidade jornalística, e mais uma necessidade social/histórica que ganha adesão e atenção de muita gente. E, por isso, ajudam a estabelecer uma conexão direta com a compreensão do que significa para os grandes museus do mundo terem em seu espólio, reservas técnicas ou exposições, "objetos ilicitamente adquiridos" que têm endereço, propriedade e lastro histórico conhecidos por todos. Se é viável ou não a repatriação é outra história. Mas não há dúvida que há umnexo causal e histórico claro entre o passado e o presente.

Com relação à manutenção ou derrubada de símbolos que incomodam e o debate resultante das tomadas de posição, o nexocausal entre o passado e presente se dá na mesma medida. Mas, diferentemente dos objetos que foram desvirtuados de seu ambiente nativo, as estátuas permanecem como lembretes vivos e diários de escolhas com as quais devemos conviver. Devemos levar em consideração exemplos contemporâneos que nos forçam a repensar o papel dos símbolos que o passado nos legou. Como o caso paradigmático da Comissão da Verdade que sinalizou em seu relatório final a necessidade da mudança de toponímias que homenageiem a ditadura. No dilema que coloca em evidência as funções do passado, estátuas e efemérides pendulam entre a reparação histórica e o apagamento da memória. Muitas vezes são as duas coisas, em outras nenhuma delas. Mas um ponto é certo: a manutenção ou a reparação tornaram-se matéria-prima para a ação do historiador, estando sempre no seu radar, afinal é uma de suas funções lembrar das coisas que a sociedade insiste em esquecer. Ou, pelo menos, deveria ser.

“Estátuas não são o passado, mas representam homenagens a pessoas ligadas a esse passado. Essa diferença é fundamental para dissociarmos a ideia de que a derrubada de estátuas e mudança de toponímias seria uma ação de apagamento da memória. Não são para mim.”

- Rodrigo Christofolletti

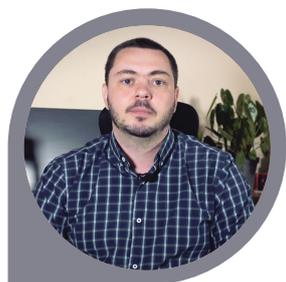


PESQUISA

Em pesquisa de pós-doutorado, professor do Departamento de Filosofia estuda sobre possíveis fundamentos no entendimento do conceito de beleza nas artes e nas coisas naturais

Voltando de um período de estudos na Universidade de Oxford, na Inglaterra, Humberto Schubert Coelho falou sobre os resultados de sua investigação, a experiência de estudar fora e as impressões sobre o Brasil após o retorno.

Professor do Programa de Pós-graduação em Filosofia do ICH, Humberto Schubert investiga as bases e princípios da metafísica pelo viés filosófico do pensamento religioso cristão. Recentemente, no pós-doutorado trabalhou com pesquisas fora de sua zona de conforto, buscando apurar se o conceito de beleza, que nós enxergamos tanto na arte quanto nas coisas naturais, tem fundamento metafísico.



Professor Humberto Schubert Coelho. (Foto: arquivo pessoal)

A partir de um sinal do grupo da Universidade de Oxford de que haveria interesse em estreitar os laços com pesquisadores da UFJF, Schubert teve a oportunidade de estudar no Ian Ramsey Centre for Science and Religion. “O trabalho deles

[no instituto] é bastante pioneiro e se dedica a pensar como, histórica e culturalmente, se desenvolveram mitos e preconceitos na sociedade moderna a respeito de uma incompatibilidade entre ciência e religião; quem a fomentou? Através de que livros, periódicos? Por quais razões? Essas são as questões que motivaram a criação do grupo [de pesquisa]”, explica.

Ao se referir sobre os resultados da investigação, Humberto concluiu que “a beleza é um mecanismo que extrai satisfação e admiração da boa forma, da boa proporção das coisas, sejam elas seres naturais, objetos artificiais ou ideias e discursos”. Sob as lentes de sua teoria, entende-se beleza como algo que envolve propósito e autoria, de forma que os indivíduos associam o que é belo a Deus, o qual, segundo ele, seria o autor da obra em relação às coisas naturais.

Paralelamente a essa pesquisa, Schubert contou que aproveitou da estrutura bibliotecária que a Universidade fornecia para atualizar projetos em que vinha trabalhando, e desse tempo investido surgiu um livro sobre o conceito iluminista de liberdade, “também muito ligado ao processo histórico de embate crítico à religião e consequente secularização da sociedade”.

Além disso, Coelho explicou que a principal contribuição de sua pesquisa para o campo da filosofia foi o melhor entendimento do conceito de beleza e a importância da integração das disciplinas. “Em ciência podemos olhar para especificidades, mas em filosofia temos de olhar para as generalidades e contextos. Por isso, é relevante conectar disciplinas tipicamente vistas como não relacionadas, como a estética e a filosofia da religião”. Em virtude disso, ele espera que seus trabalhos ajudem alunos da filosofia a entenderem a relevância da integração das disciplinas para que eles evitem “o vício do pensamento especializado e isolado em sua formação”.

“Se pensarmos em quanto a UFJF mudou e evoluiu, em quanto se internacionalizou e quanto aumentou a sua produção nos últimos 25 anos, fica claro que apenas o céu é o limite.”

- Humberto Schubert, sobre o potencial da universidade brasileira

Em relação ao que difere as universidades brasileiras da inglesa, ele destaca que Oxford é motivo de orgulho, e que os britânicos consideram suas grandes



PESQUISA

universidades como suas maiores realizações nacionais, enquanto, segundo ele, o papel das instituições acadêmicas do Brasil é visto de forma deturpada pela sociedade brasileira. Isto reflete na diferença econômica entre as instituições, tendo em vista que as universidades britânicas possuem maior investimento financeiro do que as brasileiras, o que permite que elas assumam riscos que as nossas não podem assumir. No entanto, ele evidencia que a universidade brasileira tem muito potencial e não está tão distante de ser um centro de excelência mundial. “Se pensarmos em quanto a UFJF mudou e evoluiu, em quanto se internacionalizou e quanto aumentou a sua produção nos últimos 25 anos, fica claro que apenas o céu é o limite.”

Por fim, o professor relata um pouco de sua vivência estudando e trabalhando em outro país: “A experiência ajuda a destacar o quanto a figura do professor é valorizada e respeitada. Ao passo que a sensação é muito boa, é também melancólico compará-la com a realidade brasileira, onde muitas vezes enfrentamos a desconsideração de alunos, instituições e até de colegas. De um ponto de vista prático, por exemplo, as instituições que oferecem fomento ou prestam qualquer serviço acadêmico te pedem apenas um formulário com os links para o currículo. Aqui você está gerindo um grande projeto e tem que comprovar onde gastou o dinheiro do café. Essas coisas deprimem e te tiram a vontade de trabalhar. O lado bom, por outro lado, é encontrar pessoas famosas, que fazem documentários para a BBC e publicam livros que se tornam clássicos, e ver que as aulas deles não são muito diferentes das que nós damos aqui. Isso é profundamente estimulante.”

Texto: Lavinia Sant'Anna

MEMÓRIA ICH

Em texto especial para o **Fala ICH!**, Sílvia Regina Netto relembra a história do instituto, enquanto reflete sobre suas transformações e a necessidade de adaptação aos novos tempos.

O Instituto de Ciências Humanas (ICH) é uma das maiores e mais antigas unidades da UFJF. Foi criado em 1970, após a Reforma Universitária. Àquela época era fundido à Faculdade de Letras e chamado Instituto de Ciências Humanas e Letras. A separação se deu em 2006, quando se tornou o ICH - como conhecemos hoje. Historicamente caracterizado por ser ambiente de formação é, também, espaço de discussão e participação.

Nos últimos anos o ICH passou por importantes modificações: cresceu! Na primeira década dos anos

2000 políticas públicas voltadas para o ensino superior o afetaram diretamente. Destaca-se o Reuni, que previa, além de multiplicar o número de matriculados no ensino superior, favorecer o acesso e a permanência dos estudantes nas universidades públicas. Com o advento da expansão o prédio ocupado pelo ICH ficou pequeno. Já eram recorrentes as queixas relativas ao espaço físico. Chefias de departamento e coordenações de curso se acumulavam em espaços conjuntos. A sala de reuniões já não comportava o número de membros dos colegiados e, além disso, os eventos públicos muitas vezes eram prejudicados pela falta de ambientes adequados e pouco espaçosos.

Teve início, então, o projeto de construção do prédio novo. Foi formada, à época, uma comissão da qual participavam representantes dos diferentes

MEMÓRIA ICH

segmentos que compõem a comunidade acadêmica do ICH. Foram discutidas as necessidades, as possibilidades e feito um trabalho conjunto com a equipe de engenheiros e arquitetos responsáveis pela construção.

Do prédio antigo via-se à distância o ICH novo tomar forma. O nome "ICH Novo" pegou e ainda é muito usado. O então diretor do ICH, professor Eduardo Salomão Condé reclamava: "Não é ICH novo, é o prédio novo do ICH!". A advertência feita por ele remete (a mim) para o fato de que, o prédio novo, não muda - ou não deveria mudar - a essência do que fazemos aqui: produção de conhecimento e desenvolvimento de senso crítico.



Imagens do prédio antigo do ICHL. (Fotos: Robert Daibert)

A mudança não foi simples. "Subimos" aos poucos. O Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (curso criado como parte do projeto de expansão) já começou no prédio novo. As primeiras turmas não tinham transporte até aqui, assistiam as aulas no meio do barulho e da poeira. Havia poucos servidores disponíveis para atender ao público já presente.

Num tempo intermediário, ainda antes da finalização das obras, subiram parte dos cursos de graduação e os programas de pós-graduação. Maior volume de pessoas e aumento das demandas. Um entreposto da secretaria geral passou a funcionar no prédio e assim permaneceu, até a conclusão das obras. Enfim, se aproximando o fim do ano de 2011 houve a mudança definitiva. Estávamos todos no ICH novo!



Vista do bloco C do "ICH novo". (Foto: Frederico Boza Alvim)

Muitos disseram (e ainda dizem) que o prédio novo parece um hospital. Talvez pareça, cada um tem seu próprio olhar! Mas é fato que ganhamos em conforto. Salas de aula amplas, salas de reunião (quatro no total, um luxo!), gabinetes individuais para os docentes trabalharem e atenderem aos estudantes. E os anfiteatros? Ahh... Merecem descrição à parte! Acomodam pequenos e grandes públicos, sala de tradução simultânea e outros recursos que permitem difundir e compartilhar as "humanidades".

Claro que sentimos falta do ar bucólico do prédio antigo. Cheio de árvores, bichos e recantos. Memórias espalhadas por todos os lados. A cantina de lá era quase romântica, abrigada pelas sombras; era fresca e acolhedora.

Novos tempos, nos adaptamos! O ICH novo, embora seja mesmo (em essência) apenas o prédio novo do ICH, comporta, sim, mudanças importantes. O quadro docente e técnico se renova, mantêm-se algumas tradições, mas a novidade sopra. Estudantes entram e saem. A maioria se forma, alguns desistem, outros mudam de curso, mas todos - inevitavelmente - deixam suas marcas. Talvez, a inauguração formal do prédio novo não tenha deixado de acontecer por acaso. Nele, o ICH continua!



Silvia Regina Netto é Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Há 10 anos é servidora da UFJF lotada no Instituto de Ciências Humanas.

QUEM FAZ ACONTECER

- MARA BOMTEMPO -

O Instituto de Ciências Humanas é um lugar realmente especial dentro da universidade. Em um espaço que valoriza a multiplicidade do ser humano, pessoas com os mais variados interesses, ideias e paixões se reúnem, dialogam e pensam sobre os desafios da sociedade contemporânea e como fazer a diferença em suas áreas. Nesta edição do *Quem faz acontecer*, conheceremos um pouco mais sobre a complexidade de uma dessas personagens: a aluna **Mara Bomtempo Reis**, ou como muitos a conhecem, palhaça Maria Pudim.



Mara Bomtempo como Maria Pudim.
(Foto Rodrigo Soares)

Atualmente aluna da graduação e do mestrado em Ciência da Religião, Mara também é atriz e professora. Seu envolvimento com a arte começou cedo, na adolescência, quando participava de grupos de teatro. No entanto, somente há dez anos teve a oportunidade de fazer cursos e oficinas na área. Foi neste momento que a palhaçaria e a contação de histórias entraram, de fato, em sua vida.

Em 2011 entrou para a Caravana Mezcla de Palhaços, grupo que estuda a arte da palhaçaria e realiza espetáculos Brasil afora e também já se apresentou em países da América Latina – junto à Caravana, em 2018, Mara fez apresentações em dois festivais no Equador. “Além da minha efetiva participação na Caravana, realizo trabalhos independentes como Palhaça e Contadora de histórias, com apresentações e ministrando oficinas/cursos”, conta.

Mulher múltipla que é, Mara também tem graduação em Educação Física e é especialista em Educação de Jovens e Adultos. Hoje, estudiosa do fenômeno religioso, ela diz que o interesse por esse campo sempre existiu, mas foi apenas em 2016 que decidiu começar uma nova graduação na área.

Palhaça e estudiosa dos fenômenos religiosos... Para algumas pessoas, essa combinação pouco faria sentido. Mas ela tem uma boa explicação para demonstrar o contrário. “Em vários momentos os meus estudos em Ciência da Religião se misturam e se relacionam com a arte da palhaçaria, sendo capazes de levantar questionamentos e de me proporcionar descobertas importantes e fundamentais, permeadas de sentimentos, dúvidas e de novas percepções despertadas. E digo: sim, o meu olhar mudou depois do meu envolvimento efetivo com as Linguagens Artísticas e a Ciência da Religião. O olhar para a vida, para o mundo, para as relações que estabelecemos no meu dia-a-dia. E a Ciência da Religião é uma ciência também provocativa; me faz pensar, refletir, assim como a arte do palhaço que me revirou do avesso e me fez repensar muita coisa.”

QUEM FAZ ACONTECER

- MARA BOMTEMPO -

Esse “revirar do avesso” significa que a Maria Pudim não é apenas uma personagem, mas parte fundamental da sua vida. “Passei a ver o mundo com os olhos da Maria Pudim, que no fundo sou eu mesma, porém com uma lente de aumento. Ela me dá coragem para enfrentar os meus fantasmas, me ensina a lidar com as frustrações, com as minhas sombras, me permite errar. Digo que a palhaçaria me cura, diariamente.”

Mara faz também uma análise da sociedade atual, “na qual parece ter sido instaurada uma nova forma de tirania em que o ódio estabelece as relações e quer ser dominante para nos deixar tristes, sem ação”. Ela reconhece que não é fácil fugir dessa opressão e ser livre, preenchido de alegria e amor, mas há saídas. Neste cenário de obscurantismo, o papel do palhaço se torna ainda mais fundamental, pela sua vocação para multiplicar afetos e utilizar as mais divertidas táticas para chegar até o outro.

Certamente, Maria Pudim é a sua arma mais valiosa para tentar encontrar a liberdade e ser a sua melhor versão – para si mesma e para o mundo.

Texto: Carolina Doro

AS SALAS TÊM NOME

A personagem do *As salas têm nome* desta edição é um dos maiores exemplos de que uma revolução não se faz, necessariamente, a mãos armadas. Falaremos sobre **Nise da Silveira**, a grande revolucionária da psiquiatria no Brasil, que dá nome ao **Anfiteatro 02** do Instituto de Ciências Humanas.



Foto: autor desconhecido

O pioneirismo de Nise começou cedo. Em 1926, ano em que se formou na Faculdade de Medicina da Bahia, ela foi a única mulher em uma turma de 157 alunos. Ainda na graduação, Nise

conheceu o companheiro de vida, o sanitarista Mário Magalhães da Silveira.

Após a morte de seus pais, ela e o marido decidiram se mudar para o Rio de Janeiro, onde Nise atuou em clínicas e hospitais psiquiátricos. No entanto, em 1934 a psiquiatra seria surpreendida com a prisão por “envolvimento com o comunismo”. No presídio Frei Caneca, dividiu a cela com Olga Benário e conheceu o escritor Graciliano Ramos, seu conterrâneo. Seu período de reclusão duraria dezoito meses.

Posterior ao período em que atuou na “clandestinidade”, Nise foi contratada para trabalhar no Hospital Pedro II, antigo Centro Psiquiátrico Nacional, no Rio de Janeiro. Diante de tratamentos que envolviam choque elétrico, cardiazólico e insulínico, camisa de força e isolamento, a Nise não havia outra alternativa que não a recusa a todos esses métodos. Por posicionar-se contrariamente, a psiquiatra foi transferida, como “punição”, para o Setor de Terapia Ocupacional do Pedro II, um espaço até então pouco prestigiado na época.

AS SALAS TÊM NOME

O que não imaginavam é que essa mudança representaria o estopim da revolução que Nise estava prestes a provocar na psiquiatria. Junto ao psiquiatra Fábio Sodré, ela implementou a Terapia Ocupacional no tratamento psiquiátrico. Ao invés de dar serviços de limpeza e outras tarefas, eram oferecidos aos pacientes pinceis, tintas e telas. Deste modo, esquizofrênicos ficavam livres para se expressar por meio da arte.

“**Não se curem além da conta. Gente curada demais é gente chata. Todo mundo tem um pouco de loucura. Vou lhes fazer um pedido: vivam a imaginação, pois ela é a nossa realidade mais profunda. Felizmente, eu nunca convivi com pessoas muito ajuizadas.**”

- Nise da Silveira

Os resultados foram logo constatados pela melhora no comportamento dos pacientes. Além disso, os trabalhos produzidos por eles despertaram a curiosidade não só de pesquisadores da área da saúde, mas também de críticos de arte, que viram naquelas peças obras de arte dignas de exposição.

Em 1952, para reunir esses trabalhos, foi criado o Museu de Imagens do Inconsciente, que logo ganhou projeção mundial. Em 1957, Nise é convidada por Carl Gustav Jung para passar um ano estudando no Instituto Junguiano, na Suíça, além de expor algumas obras do acervo do Museu no II Congresso Internacional de Psiquiatria. Na volta ao Brasil, em 1958, ela criou o Grupo de Estudos C. G. Jung no Rio de Janeiro, que coordenou até morrer, em 1999.

Somado a todo esse pioneirismo, a psiquiatra também foi precursora ao inserir animais no tratamento terapêutico. Ela incentivava seus pacientes a cuidar de gatos e cachorros vira-latas que apareciam no pátio do hospital, visando à promoção da afetividade com os bichos.

A experiência em manicômios ajudou Nise a perceber que o hospital psiquiátrico era confundido com cárcere e, conseqüentemente, os pacientes eram tratados como presos, sendo deles retirada a dignidade. A essa abordagem desde o início de sua trajetória, ela fundou, em 1956, a Casa das Palmeiras, a primeira clínica brasileira destinada ao tratamento psiquiátrico em regime de externato e a desenvolver um projeto de desinstitucionalização dos manicômios no Brasil.

Nise da Silveira mudou para sempre os rumos da psiquiatria demonstrando, na prática, que os tratamentos psiquiátricos podiam ter melhores resultados caso a humanidade dos pacientes fosse preservada acima de tudo.



Obra de Carlos Pertuis.



Nise orienta paciente em oficina de arte. (Foto: autor desconhecido)



Obra de Francisco Noronha.

Para conhecer um pouco mais sobre a psiquiatra alagoana, assista ao filme *Nise - O coração da Loucura*, lançado em 2016 e dirigido por Roberto Berliner. Disponível no [Youtube](#).

PODCASTS DA SEMANA



TRIOCAST (dica da Maria Clara Alves e da Roberta Quadros, alunas do curso de Turismo da UFJF)

Maria Clara Alves, Rebecca Quadros e Inácio Botto formam o *TrioCast*, o primeiro podcast do Brasil sobre Turismo, Cultura e Lazer, feito por estudantes de Turismo, para estudantes e profissionais da área. Neste podcast são discutidos conteúdos relacionados a esse grande campo multidisciplinar, com interações e atualizações e, sempre ao final dos episódios, os apresentadores e convidados compartilham dicas de filmes, livros, músicas e mais, tudo para que você possa se inteirar, informar e atualizar sobre o Turismo. **Ouçã em:** [Spotify](#).



UMA MENTE HUMANA (dica da Flávia Alvine, aluna do curso de Filosofia da UFJF)

Apresentado pela própria Flávia, que também é psicóloga, *Uma Mente Humana* é um podcast semanal sobre psicologia e humanidades. Segundo sua criadora, tem como objetivo principal trazer informação, e não replicação de conteúdo. "Eu uso esse podcast para educar, ou como dizemos na Psicologia Cognitiva, 'psicoeducar' os ouvintes sobre alguns conceitos e aplicabilidade das Ciências Humanas no cotidiano", conta. **Ouçã em:** [Spotify](#).



VIAJAR PRA QUÊ? (dica do Wesley Martins, aluno do curso de Turismo da UFJF)

Apresentado por Tainá Rodrigues e Marcelo Castro, o *Viajar pra quê?* oferece bate-papos sobre viagem e experiências de vida. "Viajar pra gente sempre foi muito mais do que conhecer as belezas turísticas dos destinos. Queremos abraçar as experiências de verdade, conhecer pessoas e maneiras diferentes de enxergar nossos dias por aqui", explicam seus criadores. O programa recebe toda a semana pessoas inspiradoras que vivem e compartilham suas vivências com empatia, amor e respeito. **Ouçã em:** [PodTail](#) e [Spotify](#).

FALA ICH!

Um projeto da equipe de comunicação do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), composta pelas alunas da Faculdade de Comunicação (Facom) Carolina Doro e Lavínia Sant'Anna, junto à administração institucional.

Supervisão: Robert Daibert Jr. e Sílvia Regina Netto, diretor e secretária do Instituto de Ciências Humanas.

Contato: comunicacao@ich.ufjf.br

CONTATOS IMPORTANTES

Recepção ICH: recepcao.ich@ufjf.edu.br

Secretaria ICH: secretaria.ich@ufjf.edu.br

Secretaria dos Programas de Pós-graduação do ICH: posgraduacao.ich@ufjf.edu.br

Biblioteca ICH: biblioteca.ich@ufjf.edu.br

Centro de Psicologia Aplicada (CPA): cpa.psicologia@ufjf.edu.br